

Área: Contabilidade | **Tema:** Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais

Relatório de Sustentabilidade nas Cooperativas de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul: um estudo aplicado ao Sistema Sicredi

Sustainability Report at the Rio Grande do Sul State Credit Unions: a study applied to the Sicredi System

Sandra Regina Toledo Dos Santos, Mirna Muraro, Henrique Lusa Mezzomo e Débora Luana Pasa

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas de sustentabilidade e de gestão ambiental adotadas pelas cooperativas de crédito do Estado do RS, especialmente o Sistema Sicredi, considerando que esse segmento cooperativista vem ocupando significativo posicionamento dentre as instituições financeiras. O estudo abrange a relação de cooperativas de crédito fornecida pelo Banco Central, segmentada em 22 (vinte e duas) que divulgam suas informações em seus sites, por meio de uma abordagem qualitativa, descritiva e em análise do conteúdo dos relatórios, bem como outros relatórios sociais e ambientais disponibilizados e, no caso do Sicredi, foi analisado o GRI por se constituir na única cooperativa a elaborar. O resultado aponta que o balanço social é utilizado por somente 4,55% das organizações; a política de responsabilidade socioambiental com 27,27% de aplicação; e a sustentabilidade presente no código de ética ou princípios, missão e valores, sendo divulgado por 31,82% das cooperativas, nas demais não foram encontrados indícios de utilização dessas práticas. Concluiu-se que, pelo relatório de sustentabilidade apresentado pelas cooperativas e o Sistema Sicredi, as questões ambientais são pouco enfatizadas, com apenas 6% dos indicadores sugeridos para a categoria, considerado como de nível essencial, conforme os padrões da Global Reporting Initiative.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Informações; Cooperativas; Ambiental; Responsabilidade

ABSTRACT

This study aimed to analyze the sustainability and environmental management practices adopted by credit cooperatives of the State of Rio Grande do Sul, especially the Sicredi System, considering that this cooperative segment has been occupying a significant position among financial institutions. The study covers the list of credit unions provided by the Central Bank, segmented into 22 (twenty two) who disclose their information on their websites, through a qualitative, descriptive approach and analysis of report content, as well as other social and environmental reports made available and, in the case of Sicredi, the GRI was analyzed as being the only cooperative to elaborate. The result shows that the social balance is used by only 4.55% of organizations; the social and environmental responsibility policy with 27.27% of application; and the sustainability present in the code of ethics or principles, mission and values, being disclosed by 31.82% of the cooperatives, in the others there was no evidence of use of these practices. It was concluded that, according to the sustainability report presented by the cooperatives and the Sicredi System, environmental issues are little emphasized, with only 6% of the indicators suggested for the category, considered as of essential level, according to the Global Reporting Initiative standards.

Keywords: Sustainability; Information; Cooperatives; Environmental; Responsibility.

Relatório de Sustentabilidade nas Cooperativas de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul: um estudo aplicado ao Sistema Sicredi

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as preocupações relacionadas à problemática ambiental vêm se tornando parte essencial das principais discussões temáticas entre gestores de empresas, pesquisadores e governo, sobre como atingir a sustentabilidade, mantendo o crescimento econômico e reduzindo os danos causados ao meio ambiente. Nesse preceito, o desenvolvimento econômico sustentável está previsto na Constituição Federal (1988), no art. 225, que trata “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Para Carvalho (2012), este princípio refere-se à harmonização do meio ambiente com as atividades econômicas, enfatizada não só no âmbito nacional, mas também na esfera internacional. Conforme a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Joanesburgo, na África do Sul (2002), foi discutido o compromisso com o desenvolvimento sustentável entre as mais de 190 nações ali representadas, que se responsabilizaram coletivamente no fortalecimento dos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

As questões ambientais estão permeando amplamente o ambiente empresarial, especialmente devido às normatizações legais, como por exemplo a Lei nº 9.605/98 onde trata-se das sanções no descumprimento das regras, acarretando significativas despesas ambientais às instituições.

Nesse debate, Freitas e Oleiro (2011) comentam que quando se fala em degradação ao meio ambiente, os primeiros responsáveis a serem lembrados são as empresas e seus processos operacionais. Por isso, as organizações estão percebendo como possibilidade a vantagem competitiva, buscando ganhar reconhecimento sobre o tema e conquistar clientes, por meio de ações sustentáveis que são divulgadas nos relatórios de sustentabilidade e evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Na atualidade, a sustentabilidade não é somente um diferencial, mas sim uma necessidade competitiva, onde a divulgação das práticas pela contabilidade e pela gestão ambiental, buscam transparecer ações sustentáveis, com o intuito de converter em resultado esta tendência de conscientização ambiental que a sociedade está impondo (WEILER; TOLEDO, 2012; GOMES, 2017).

A transparência das ações sustentáveis torna-se não apenas uma vantagem estratégica, mas uma responsabilidade socioambiental, principalmente, para organizações como as cooperativas, que têm nas suas práticas, o dever de prestar contas aos seus cooperados. O posicionamento de Sachs (2008), remete que a sustentabilidade está na essência dessas organizações, à medida que geram renda e cooperam para a melhora da qualidade de vida de seus associados e da sociedade, buscando o desenvolvimento sustentável coletivo. Nesse eixo, encaixam-se as cooperativas de crédito que, notadamente, promovem o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas.

Diante do exposto, pelas motivações de realização desta pesquisa, busca-se responder o seguinte questionamento: quais as práticas de sustentabilidade e gestão ambiental adotadas e divulgadas pelas cooperativas de crédito do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente pelo Sistema Sicredi? O objetivo geral consiste em analisar as práticas de sustentabilidade e de gestão ambiental adotadas pelas cooperativas de crédito do estado do Rio Grande Do Sul, especialmente o Sistema Sicredi, amparado pelos objetivos específicos em levantar as práticas contábeis e de gestão ambiental das cooperativas que divulgam os relatórios de sustentabilidade

da GRI (Global Reporting Initiative) e indicar as vantagens e desvantagens estratégicas das práticas adotadas de gestão ambiental.

Desta forma, este estudo justifica-se pela significativa abrangência que esse segmento cooperativista vem ocupando na concessão de crédito dentre as instituições financeiras, conforme os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (2018) e pela relevância com que as questões ambientais estão sendo discutidas na atualidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção foram abordados os principais conceitos sobre os temas essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, como: a responsabilidade socioambiental empresarial, a contabilidade e a gestão ambiental, os aspectos de evidenciação contábil-ambiental e o relatório de sustentabilidade - GRI.

2.1 O cenário de responsabilidade socioambiental empresarial

No ano de 1972, ocorreu a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada pela ONU em Estocolmo, onde iniciaram-se as discussões quanto a questão da responsabilidade ambiental no cenário internacional. Desde então, a problemática ambiental vem ganhando força, tornando necessária a conciliação entre os sistemas econômico e ecológico, visto que a inter-relação harmoniosa é de fundamental importância para a sobrevivência da humanidade (RIBEIRO, 2010).

Segundo Antonovoz (2014), os principais impactos ambientais decorrem da ação do homem, através da exploração dos recursos naturais por meio da atividade industrial. Desta forma, as organizações têm papel fundamental na preservação do ambiente em que estão inseridas, pois suas ações interferem diretamente na sociedade. Neste contexto, conforme Sanches (1997) as instituições são forçadas a adotarem práticas sustentáveis impostas pelos governos, através de legislações e regulamentações, bem como pelas reivindicações da sociedade, consumidores e fornecedores.

Sob esses aspectos, Tinoco e Kraemer (2011) discorrem que as informações requeridas pelos usuários externos têm sofrido alterações, as quais têm pressionado as empresas a adaptarem-se, fornecendo informações relativas ao seu comprometimento socioambiental. Este fator está se tornando decisivo para os usuários, como clientes e investidores, que optam por comprar ou investir em empresas que apresentem responsabilidade ambiental, além do próprio governo, com a cobrança no cumprimento das legislações ambientais (GOMES, 2017).

2.2 A relação entre a contabilidade e a gestão ambiental

Na atualidade, em um ambiente globalizado, a competitividade manifesta-se de forma intensa em âmbito internacional, onde as empresas têm o desafio de realizar uma gestão empresarial considerando as tendências sustentáveis sob os pontos de vista econômico, social e ambiental, de maneira eficiente. A gestão ambiental pode ser interpretada como um processo coordenado e integrado com o planejamento estratégico da instituição, de maneira a empenhar-se para evitar ou minimizar os possíveis sinistros provenientes de acidentes ambientais, assim como, usufruir dos recursos ambientais e resíduos de produção de forma menos nociva ao meio ambiente, possibilitando o bem-estar dos colaboradores e da sociedade em geral (LINS, 2015; PHILIPPI JR.; SAMPAIO; FERNANDES, 2017).

No auxílio da gestão ambiental, de acordo com Ferreira (2011), a contabilidade ambiental tem papel fundamental para oferecer informações adequadas para a tomada de decisão dos gestores. A autora afirma também que a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas apenas uma especialização, definida como um conjunto de informações que evidenciam apropriadamente, com teor econômico, as atividades de uma organização relativas ao meio ambiente e que modificam seu patrimônio.

Complementarmente, Ribeiro (2010, p. 45), menciona que a contabilidade ambiental tem por objetivo “identificar, mensurar, e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”.

Segundo Tinoco e Kraemer (2011), existem três motivos para que as instituições adotem a contabilidade ambiental: a gestão interna, as exigências legais e a demanda dos parceiros sociais. De acordo com os autores, o primeiro motivo está relacionado a uma gestão ambiental ativa com controle, objetivando a redução de despesas operacionais, custos e melhora na qualidade dos produtos; o segundo item se refere ao fato de possuir um maior controle, diminuindo assim os riscos ambientais diante da crescente exigência legal, evitando perdas com multas e indenizações e, por fim, o terceiro item aborda sobre as pressões que as empresas estão sofrendo nos ambientes interno e externo, como por exemplo: empregados, investidores, acionistas, clientes, administração pública, bancos, ecologistas, seguradoras e comunidade local.

Diante do exposto, nota-se a crescente cobrança dos usuários internos e externos por uma gestão empresarial sustentável, considerando a perspectiva econômica, social e ambiental. Dessa forma, a implantação da contabilidade e da gestão ambiental de uma forma integrada com o planejamento estratégico da organização, além de fornecer as informações que os usuários buscam, é uma forma de obter maior controle nas operações relativas ao meio ambiente, fornecendo subsídios aos gestores para a tomada de decisão, reduzindo custos e despesas e, conseqüentemente, maximizando o retorno.

2.3 A evidenciação contábil ambiental

Os mecanismos utilizados pela contabilidade, são fonte de informações fundamentais para as organizações, uma vez que Iudícibus (2015, p. 115) aponta que “a evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma [...] proporcionar uma base adequada de informações para o usuário”.

De acordo com Gomes e Sampaio (2013), utiliza-se o mesmo conceito para analisar sob o ponto de vista da evidenciação das informações ambientais. Os autores comentam também que, mesmo a evidenciação das questões ambientais sendo de caráter voluntário para as empresas, realizada por mera espontaneidade, ela se constituiu num benefício significativo no cenário que requer mais agilidade e uniformidade na divulgação dos dados contábeis.

Paralelamente, é relatado por Barbieri e Cajazeira (2016, p. 165) a interpretação da evidenciação contábil como sendo a comunicação entre as partes interessadas, como um método utilizado no compartilhamento de informações com os usuários interessados, com objetivo de transparecer confiança e credibilidade, através do conhecimento das ações da empresa voltadas às questões ambientais, baseado em princípios e políticas ambientais, de qualidade, de saúde e de segurança.

Nesse contexto, Ribeiro (2010) trata que a evidenciação contábil ambiental deve constar nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas, abrangendo todas as informações referentes aos eventos e transações que envolvem as questões ambientais, no nível de discriminação demandado pela importância e origem dos gastos com o meio ambiente, registrados no momento em que ocorre o fato gerador.

Nesse aspecto, o Conselho Federal de Contabilidade, conforme a NBC T 15, aprovada pela Resolução CFC nº 1.003/04 em 19 de agosto de 2006, trata sobre a divulgação das informações de natureza social e ambiental, sob tais aspectos:

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e

ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta. A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

Dessa forma, mostra-se interessante e importante a divulgação de demonstrações de informações de natureza social e ambiental paralelas às demonstrações contábeis e notas explicativas, contendo ou não dados provenientes dos demonstrativos contábeis, apresentando informações com maior teor qualitativo, complementando e dando suporte às informações quantitativas evidenciadas pela contabilidade.

2.4 Relatório de sustentabilidade GRI

Para evidenciar o desenvolvimento sustentável, as empresas podem divulgar relatórios que relatem essa prática. O relatório em questão é conhecido pela sigla GRI, a qual refere-se ao instituto Global Reporting Initiative, que tem por intuito divulgar um modelo de evidenciação dos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ecológico. O GRI tem a finalidade de organizar as informações provenientes da atividade empresarial relacionadas aos três elementos da sustentabilidade já citados, sendo conhecido popularmente por relatório de sustentabilidade ou relatório anual de sustentabilidade (VELLANI, 2011).

Já para Tinoco e Kraemer (2011), o GRI não dispõe de nenhum modelo de Balço Social, mas baseia-se no conceito de sustentabilidade e busca transformar em rotina empresarial a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, atribuindo-lhes credibilidade empresarial. Segundo Ribeiro (2010), a *Global Reporting Initiative*, em 2000, definiu e divulgou as suas diretrizes, dando direcionamento para que a elaboração dos relatórios:

- Apresentem uma visão clara do impacto ecológico e humano da empresa, a fim de apoiar a tomada de decisões quanto a investimentos, parcerias ou terceirização;
- Proporcionem às partes interessadas informação confiável e relevante;
- Apoiem a avaliação e melhoria contínua do seu desempenho e progresso;
- Respeitem e apliquem, consistentemente, os critérios externos já estabelecidos e aceitos para a elaboração de relatórios, a fim de lhes garantir transparência e credibilidade;
- Apresentem formato compreensível, que facilite a comparação com relatórios de sustentabilidade emitidos por outras organizações;
- Complementem outras formas de comunicação, incluindo as de natureza financeira;
- Ilustrem a relação entre os três elementos da sustentabilidade: o econômico (incluindo as informações financeiras, mas não se limita a ela), o ambiental e o social.

De acordo com Gomes e Torres (2013), as diretrizes também definem um conjunto de indicadores que são separados nas esferas econômica, ambiental e social, subdivididos em categorias, aspectos e indicadores qualitativos ou quantitativos.

Com o exposto, pode-se constatar que o relatório de sustentabilidade da GRI busca o desenvolvimento sustentável das organizações, evidenciando as três dimensões da sustentabilidade: econômica, ambiental e social. Esses relatórios são elaborados por meio de diretrizes impostas pela *Global Reporting Initiative*, sendo desenvolvidos indicadores organizados e divididos nas três dimensões mencionadas.

Dentre os segmentos empresariais, estão inseridas as cooperativas, que por considerar o caráter voluntário e solidário em suas atribuições e princípios, adotam a prática de divulgar o GRI quando pretendem divulgar suas ações em prol do meio ambiente e da sociedade. O cooperativismo tem buscando atender as premissas da gestão responsável no que se refere a divulgação das informações que visam a sustentabilidade do seu negócio, enfoque esse dado neste estudo no eixo das cooperativas de crédito.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido através de uma revisão descritiva sistemática dos relatórios de administração das cooperativas de crédito do estado do Rio Grande do Sul, quanto às práticas de sustentabilidade e a utilização da gestão da ambiental. Para Gil (2012), considera-se como descritiva a pesquisa que tem por objetivo descrever as características da população estudada, estabelecendo relação entre as variáveis, através de técnicas padronizada para coleta das informações, tais como questionário e observação sistemática.

As variáveis identificadas na análise dos relatórios, foram analisadas qualitativamente e de forma descritiva. A pesquisa qualitativa tem uma metodologia descritiva, pois deixa em segundo plano os dados estatísticos e matemáticos, sendo que descreve a complexidade de certo problema, interpretando determinadas variáveis (DIEHL TATIM, 2004; CASARIN, CASARIN, 2012).

A população estudada se deu através da relação de cooperativas de crédito ativas, situadas no estado do Rio Grande do Sul, conforme lista fornecida pelo Banco Central com posição no mês de agosto de 2018, formada por um total de cento e cinco cooperativas. A amostra de cooperativas para a realização deste estudo foi definida através do relatório de cooperativas de crédito em funcionamento no país sob a supervisão do Banco Central do Brasil, disponibilizado em seu site, contemplando apenas vinte e duas, as quais obteve-se a localização dos endereços eletrônicos, das quais foram analisados os demonstrativos sobre sustentabilidade e responsabilidade ambientais e social.

Neste estudo foi desenvolvida uma análise através dos documentos disponibilizados nos sites das instituições e dos órgãos competentes que regulam esta atividade cooperativa. Especificamente, foram utilizados especialmente os relatórios de sustentabilidade GRI (Global Reporting Initiative) e outros relatórios sociais divulgados pelas instituições, com enfoque no que se apresenta no Sistema Sicredi.

Quanto ao procedimento técnico, a coleta de dados foi realizada como análise de conteúdo, atendendo a descrição de Michel (2015), que a análise de conteúdo é uma forma de levantamento de dados que se utiliza informações já coletadas, textos e falas, de maneira abrangente, isto é, uma análise desenvolvida posterior à coleta, fazendo uma análise profunda do conteúdo verificando a coerência entre as informações explícitas e implícitas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo constam a definição da amostra, a maneira como foram coletadas e analisadas as informações.

4.1 As cooperativas de crédito selecionadas ao estudo

Na coleta de dados da pesquisa, foi constatado que as cooperativas pertencentes aos Sistemas Sicredi, Cresol, Unicred e Sicoob possuem, cada uma, um endereço eletrônico com as informações integradas entre todas as cooperativas filiadas, considerando assim uma única cooperativa.

Pela Tabela 1, foi considerado que o estado do Rio Grande do Sul possui trinta e uma cooperativas de crédito distintas, porém, a análise se restringiu para vinte e duas cooperativas:

Tabela 1 –Número de cooperativas estudadas

Total de Cooperativas	Nº
Total de Cooperativas	31
(-) Não Possui Site	8
(-) Em Processo de Liquidação	1
Amostra Analisada	22

Fonte: Dados primários (2018)

Foi constatado que, das 31 cooperativas listadas, oito destas não possuem site para que a análise pudesse ser desenvolvida e a Cooperativa Crehnor Central está em processo de liquidação, sendo que foram retiradas da análise, restando as vinte e duas cooperativas, que são: Sicredi, Cresol, Unicred, Siccob, Cецrers, Educuredi, Municredi, Credcorreios, Crediaços, Cresul, Cresal, Crediplan, Banricoop, Coopnore, Credicor, Cooperpoa, Coopsergs, Coopesa, Cooperativa Minuano, Credisul, Crece, Servicoop.

4.2 O relatório de sustentabilidade utilizados pelas cooperativas

A análise foi executada em cada uma das vinte e duas instituições, nos requisitos: GRI, Balanço Social, Política de Sustentabilidade e sustentabilidade presente no código de ética, missão, valores e princípios da empresa.

Na Tabela 2 constam as informações abertas por cooperativas, sendo que a única organização que possui o GRI é o Sicredi, somente a Cresol possui o Balanço Social, as cooperativas Banricoop, Crece, Municredi, Sicoob, Cresol e Sicredi possuem uma política de sustentabilidade e a Cooperativa Minuano, Cresul, Cецrers, Unicred, juntamente com todas as citadas anteriormente demonstram a sua preocupação voltada a sustentabilidade em seus códigos de ética, missão, valores e princípios:

Tabela 2 - Análise geral das políticas de sustentabilidade

Cooperativas	GRI	Balanço Social	Política de Responsabilidade Socioambiental	Presente código de ética ou princípios, missão e valores
Sicredi	X	-	X	X
Cresol	-	X	X	X
Unicred	-	-	-	X
Sicoob	-	-	X	X
Cецrers	-	-	-	X
Municredi	-	-	X	-
Cresul	-	-	-	X
Crece	-	-	X	-
Banricoop	-	-	X	-
Cooperativa minuano	-	-	-	X
Educuredi	-	-	-	-
Credcorreios	-	-	-	-
Crediaços	-	-	-	-
Cresal	-	-	-	-
Crediplan	-	-	-	-
Coopnore	-	-	-	-
Credicor	-	-	-	-
Cooperpoa	-	-	-	-
Coopsergs	-	-	-	-
Coopesa	-	-	-	-
Credisul	-	-	-	-
Servicoop	-	-	-	-
Total	4,55%	4,55%	27,27%	31,82%

Fonte: Dados primários (2018)

Conforme a Tabela 2, observou-se pela análise individual de informativos que 27,27% têm uma política de sustentabilidade e 31,82% das cooperativas contêm a sustentabilidade presente em seu código de ética, missão, valores e princípios. No entanto, nenhuma das cooperativas analisadas apresentam todos os tipos de relatórios voltados a sustentabilidade, tabulados neste estudo, bem como cerca de 54% não apresentam nenhuma das variáveis.

4.3 Análise dos dados do GRI Sicredi

Entre todas as vinculadas de crédito pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, a cooperativa Sicredi é a única que possui um relatório de sustentabilidade com padrão GRI. Dessa forma, foi analisado o conteúdo do GRI desta instituição, em separado, para verificar a qualidade das informações divulgadas, analisando os indicadores presentes no relatório frente aos indicadores exigidos pela *Global Reporting Initiative*.

A análise foi desenvolvida de acordo com as divisões impostas pelo GRI, nos conteúdos padrão e específico, sendo este último separado pelas categorias ambiental, econômica, social e setorial financeiro, aliado aos indicadores padrão do Sicredi, inseridos no relatório de sustentabilidade como uma forma de complementação para divulgar informações sobre temas considerados importante pela instituição.

4.3.1 Análise do conteúdo padrão exigido pelo GRI

O conteúdo considerado como padrão pela GRI, é constituído por sete temas, conforme demonstrado na Tabela 3, compostos por: estratégia e análise, perfil organizacional, aspectos materiais identificados e limites, engajamento dos stakeholders, perfil organizacional, governança e ética e integridade:

Tabela 3: Análise das informações sobre o conteúdo geral

Tema	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Estratégia e Análise	2	2	100%
Perfil Organizacional	14	14	100%
Aspectos Materiais Identificados e Limites	7	7	100%
Tema	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Engajamento de Stakeholders	4	4	100%
Perfil do Relatório	6	6	100%
Governança	22	22	100%
Ética e Integridade	3	3	100%
Total	58	58	100%

Fonte: Dados primários (2018)

A cooperativa Sicredi demonstrou divulgar 100% da exigência da *Global Reporting Initiative*, pois analisando somente o pré-requisito conteúdo padrão, o GRI do Sicredi pode ser considerado abrangente, ou seja, o grau mais alto do modelo GRI, por possui todos os indicadores sugeridos.

4.3.2 Conteúdo específico – categoria economia

A categoria econômica do conteúdo específico do GRI, é constituída por quatro aspectos, conforme a Tabela 4:

Tabela 4: Categoria econômica

Aspecto	DMA	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Desempenho Econômico	Sim	4	1	25%
Presença no Mercado	Sim	2	1	50%
Impactos Econômicos Indiretos	Sim	2	1	50%
Aspecto	DMA	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Práticas de Compra	Sim	1	1	100%
Total		9	4	44%

Fonte: Dados primários (2018)

O GRI em análise possui 25% dos indicadores sugeridos para o aspecto desempenho econômico, 50% do aspecto presença no mercado, 50% do aspecto impactos econômicos indiretos e 100% dos indicadores para o aspecto práticas de compras. Além destes indicadores, para cada aspecto, possui um DMA (informações sobre a forma de gestão).

De todos os indicadores exigidos pelo GRI global, o analisado na cooperativa possui um total de 44% entre os nove indicadores recomendados nesta categoria econômica. Então, considera-se que neste aspecto o relatório de sustentabilidade do Sicredi é de nível essencial, pois possui apenas o mínimo dos indicadores para classificar o relatório como padrão GRI.

O aspecto desempenho econômico é o item que a GRI tem a maior quantia de indicadores sugeridos para a categoria. Todavia, é o item menos usufruído pelo relatório do Sicredi. Utilizando apenas o indicador G4-EC1- valor econômico direto gerado e distribuído, representando apenas 25% dos índices.

Por se tratar de uma instituição financeira, os indicadores econômicos tornam-se imprescindíveis para a divulgação da solidez financeira e para passar confiança aos associados, com ainda maior relevância no caso do Sicredi, pois se tratar de uma cooperativa. No entanto, entre os quatro indicadores para o aspecto, a organização não desenvolveu três deles: G4- EC2 - implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas, GA- EC3 - cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício da organização e G4- EC4 - assistência financeira recebida do governo.

4.3.3 Conteúdo específico – categoria ambiental

A categoria ambiental é constituída por um total de trinta e quatro indicadores, o Sicredi desenvolveu apenas 6% destes. No entanto, desenvolvendo somente o mínimo dos indicadores propostos pelo GRI, considera-se o nível desta categoria como essencial, uma vez que a categoria ambiental é segmentada em doze aspectos, conforme demonstrado na Tabela 5:

Tabela 5: Categoria ambiental

Aspecto	DMA	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Materiais	Não	2	0	0%
Energia	Não	5	0	0%
Água	Não	3	0	0%
Biodiversidade	Não	4	0	0%
Emissões	Não	7	0	0%
Efluentes e Resíduos	Não	5	0	0%
Produtos e Serviços	Não	2	0	0%
Conformidade	Não	1	0	0%
Transportes	Não	1	0	0%
Geral	Não	1	0	0%
Avaliação Ambiental de Fornecedores	Sim	2	2	100%
Mecanismos de Queixas e Reclamações a Impactos Ambientais	Não	1	0	0%
Total		34	2	6%

Fonte: Dados primários (2018)

Do total de 34 indicadores, o GRI do Sicredi apresenta apenas dois indicadores, dos quais, pertencem ao aspecto avaliação ambiental de fornecedores, além de possuir o DMA (informações sobre a gestão) para este item. Os demais aspectos ambientais (materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes, geral, mecanismos de queixas e reclamações a impactos ambientais) não foram desenvolvidos nenhum indicador a respeito.

4.3.4 Conteúdo específico - categoria social

A categoria social é segmentada em quatro temas, práticas trabalhistas e trabalho decente, sociedade, direitos humanos e responsabilidade pelo produto. Neste momento, para uma análise mais acurada, efetuada separadamente, pelo que se apresenta na Tabela 6:

Tabela 6 - Categoria social - práticas trabalhistas e trabalho decente

Aspecto	DMA	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Emprego	Sim	3	2	67%
Relações Trabalhistas	Sim	1	1	100%
Saúde e Segurança no Trabalho	Não	4	0	0%
Treinamento e Educação	Sim	3	3	100%
Diversidade e Igualdade de Oportunidade	Sim	1	1	100%
Igualdade de Remuneração Entre Mulheres e Homens	Sim	1	1	100%
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	Sim	2	2	100%
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Prática Trabalhista	Não	1	0	0%
Total		16	10	63%

Fonte: Dados primários (2018)

De acordo com a Tabela 6, o padrão GRI propõe um total de oito aspectos para esta categoria, porém o relatório do Sicredi é formado por 75% destes. Faz parte do documento em questão, o aspecto emprego, utilizando 67% dos indicadores sugeridos para o aspecto, e os demais, entre eles, relações trabalhistas, treinamento, educação, diversidade e igualdade de oportunidade, igualdade de remuneração entre mulheres e homens, avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas, perfazendo 100% dos indicadores sugeridos. Notou-se que não são contemplados nenhum indicador para os aspectos saúde e segurança no trabalho, e o que se refere aos mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas.

Na Tabela 7, são apresentados os dados da categoria social relativos a sociedade, confrontando-se os indicadores propostos para divulgação com os que a cooperativa apresenta em seu documento:

Tabela 7: Categoria social – sociedade

Aspecto	DMA	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Comunidades Locais	Sim	2	1	50%
Combate a Corrupção	Sim	3	3	100%
Políticas Públicas	Não	1	0	0%
Concorrência Desleal	Sim	1	1	100%
Conformidade	Não	1	0	0%
Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	Sim	2	2	100%
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade	Não	1	0	0%
Total		11	7	64%

Fonte: Dados primários (2018)

Em relação a Tabela 7, o relatório de sustentabilidade do Sicredi contém 64% dos onze indicadores propostos pela *Global Reporting Initiative* para esta categoria. São utilizados quatro aspectos entre os sete sugeridos, o GRI do Sicredi compreende o aspecto comunidades locais com 50% dos indicadores recomendados, enquanto que os aspectos de combate a corrupção, concorrência desleal e avaliação de fornecedores em impactos na sociedade, com 100% dos

indicadores. Já os itens, políticas públicas, conformidade e mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade, não constam no relatório da cooperativa.

A Tabela 8 apresenta a análise relativa aos indicadores categoria social, direitos humanos:

Tabela 8 - Categoria social - direitos humanos

Aspecto	DMA	Total Indicadores		%
		GRI	Indicadores Utilizados	
Investimentos	Sim	2	1	50%
Não Discriminação	Não	1	0	0%
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	Não	1	0	0%
Trabalho Infantil	Não	1	0	0%
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Não	1	0	0%
Aspecto	DMA	Total Indicadores		%
		GRI	Indicadores Utilizados	
Práticas de Segurança	Não	1	0	0%
Direitos Indígenas	Não	1	0	0%
Avaliação	Não	1	0	0%
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	Sim	2	2	100%
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	Não	1	0	0%
Total		12	3	25%

Fonte: Dados primários (2018)

Conforme a Tabela 8, de acordo com o padrão GRI são recomendados dez aspectos para a categoria, sendo utilizado pelo Sicredi apenas dois destes. Fazem parte dos itens levantados pela cooperativa: investimento, utilizando 50% dos indicadores sugeridos para o aspecto, e avaliação de fornecedores em direitos humanos, com 100% dos indicadores. Os demais itens (não discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, práticas de segurança, direitos indígenas, avaliação e mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos) não foram constatados no documento em análise. Salienta-se que dos doze indicadores sugeridos pela *Global Reporting Initiative* para esta categoria, foram utilizados apenas três, ou seja, 25%.

Por fim, a Tabela 9 apresenta os dados relativos a categoria social – responsabilidade pelo produto:

Tabela 9 - Categoria social - responsabilidade pelo produto

Aspecto	DMA	Total Indicadores		%
		GRI	Indicadores Utilizados	
Saúde e Segurança do Cliente	Não	2	0	0%
Rotulagem de Produtos e Serviços	Sim	3	1	33%
Comunicações de Marketing	Sim	2	1	50%
Privacidade do Cliente	Não	1	0	0%
Conformidade	Sim	1	1	100%
Total		9	3	33%

Fonte: Dados primários (2018)

De acordo com a Tabela 9, o relatório do Sicredi é constituído por três aspectos entre os cinco propostos conforme o padrão GRI. Os itens contidos no documento são: rotulagem de produtos e serviços, compreendendo 33% dos indicadores recomendados; comunicação e marketing, com 50% dos indicadores; e a conformidade, com 100% de dos indicadores utilizados, contemplando 33% do total dos indicadores sugeridos para a categoria. No entanto,

o item, saúde e segurança do cliente, também como item, privacidade do cliente, não estão presentes no GRI analisado.

Há de se considerar que, além dos indicadores já mencionados, cada aspecto dos quatro grupos pertencentes à categoria social, na qual foram utilizados no relatório de sustentabilidade do Sicredi, possuem um DMA, ou seja, informações sobre a gestão. Porém, por possuir praticamente apenas o mínimo dos indicadores exigidos pela *Global Reporting Initiative*, classifica-se esta categoria como essencial, estando de acordo com as normas do GRI.

4.3.5 Conteúdo específico - categoria setorial financeiro

De acordo com o padrão GRI, esta categoria constitui-se por um total de dezesseis indicadores. No entanto, o relatório do Sicredi apresenta 94% destes e os dados consta na Tabela 10:

Tabela 10 - Categoria Setorial Financeiro

Aspecto	DMA	Total Indicadores GRI	Indicadores Utilizados	%
Carteira de Produtos	Sim	8	8	100%
Auditoria	Sim	1	1	100%
Propriedade Ativa	Sim	2	1	50%
Comunidade Local	Sim	3	3	100%
Rotulagem de Produtos e Serviços	Sim	2	2	100%
Total		16	15	94%

Fonte: Dados primários (2018)

Sendo composto por cinco aspectos, o documento em análise possui indicadores referente a todos itens, na qual, diante do aspecto propriedade ativa, foram utilizados 50% dos indicadores sugeridos, e para os itens: carteira de produtos, auditoria, comunidade local e rotulagem de produtos e serviços, utilizou-se 100% dos indicadores recomendados para a elaboração do GRI para instituição financeira. Além dos indicadores mencionados, cada aspecto desta categoria é composto por informações sobre a gestão (DMA).

Observou-se que, apesar da categoria setorial financeiro do relatório de sustentabilidade do Sicredi ser constituída pela grande maioria dos indicadores sugeridos, 6% deles não foram identificados, assim, classifica-se como essencial de acordo com as normas de implantação do GRI.

4.3.6 Indicadores próprios Sicredi

O relatório de sustentabilidade do Sicredi, além dos sugeridos pela *Global Reporting Initiative*, possui indicadores próprios, formulado pela instituição conforme os temas considerados de maior relevância para o desenvolvimento de suas atividades.

A cooperativa possui trinta e seis indicador próprio, na qual são segmentados em treze temas, conforme apresentados na Tabela 11:

Tabela 11 - Indicadores Sicredi

Tema	Indicadores Próprios Sicredi
Satisfação e confiança do associado, transparência e engajamento	1
Satisfação e confiança do associado / Tecnologia para o relacionamento com o associado	1
Transparência e engajamento	7
Satisfação e confiança do associado	1
Satisfação e confiança do associado / Solidez financeira	1
Engajamento de colaboradores à cultura cooperativa	1

Difusão do cooperativismo / Engajamento de colaboradores à cultura cooperativa	1
Modelo de Gestão	3
Difusão do cooperativismo	3
Tecnologia para o relacionamento com o associado	5
Desenvolvimento local e regional	3
Solidez financeira	8
Educação Financeira	1
Total	36

Fonte: Dados primários (2018)

Analisando os itens descritos na Tabela 11, percebe-se que a instituição preza muito com a satisfação e confiança do associado, transparência, engajamentos (tanto com os associados como com os colaboradores), assim como, a solidez financeira da cooperativa de crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, diante da conscientização sobre a problemática ambiental que o planeta vem sofrendo, busca-se uma forma de manter o desenvolvimento econômico, reduzindo os danos ambientais e, conseqüentemente, danos à sociedade.

Diante da preocupação como crescimento econômico sustentável, esta pesquisa objetivou analisar as práticas de sustentabilidade e gestão ambiental adotadas pelas cooperativas de crédito do estado do Rio Grande Do Sul, especialmente o caso do Sistema Sicredi, pois perante o significativo avanço que o setor cooperativista de crédito vem realizando dentre as instituições financeiras e a relevância com que as questões ambientais estão sendo discutidas, é de suma importância a transparência das operações desenvolvidas pelas instituições.

Para a obtenção dos resultados foram identificadas as cento e cinco cooperativas de crédito pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, conforme apresentado no relatório disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. Porém, como há instituições que apresentam informações vinculadas entre si, foram consideradas trinta e uma cooperativas pertencentes ao estado, onde foram analisadas no total vinte e duas cooperativas de crédito, com enfoque dado ao Sistema Sicredi. A pesquisa foi qualitativa, descritiva e em análise de conteúdo comparativo.

O resultado aponta que somente dez entre as vinte e duas cooperativas analisadas apresentam algum demonstrativo sobre sustentabilidade e responsabilidade ambiental e social. Os demonstrativos analisados foram: GRI utilizado apenas pelo Sistema Sicredi; o balanço social utilizado por somente 4,55% das organizações; a política de responsabilidade socioambiental com 27,27% de aplicação; e a sustentabilidade presente no código de ética ou princípios, missão e valores, sendo divulgado por 31,82% das cooperativas, nas demais não foram encontrados indícios de utilização dessas práticas.

Com isso, o enfoque foi dado ao GRI devido sua extensa abrangência de indicadores, onde somente o Sicredi desenvolve um relatório de sustentabilidade com os padrões da *Global Reporting Initiative*.

Na análise foi verificado o Sistema Sicredi cumpre as normas exigidas pela GRI, tanto na divisão do documento, como nas exigências mínimas de indicadores utilizados para cada categoria. Além dos quais, também são desenvolvidos indicadores próprios do Sistema com os temas considerados de maior relevância para o desenvolvimento de suas atividades.

Dessa forma, constatou-se a utilização de 100% dos indicadores sugeridos pela *Global Reporting Initiative* para o conteúdo padrão, 44% dos indicadores para a categoria econômica, 6% dos indicadores para a categoria ambiental, 63% dos indicadores para a subcategoria práticas trabalhistas e trabalho decente, 64% dos indicadores para a subcategoria sociedade, 25% dos indicadores para a subcategoria direitos humanos, 33% dos indicadores para a

subcategoria responsabilidade pelo produto e, por fim, 94% dos indicadores para a categoria setorial financeiro. Além disso, são encontrados trinta e seis indicadores próprios do Sicredi, com foco principalmente na satisfação e confiança do associado, transparência, solidez financeira e engajamentos de associados e colaboradores.

Com os dados apresentados no relatório de sustentabilidade da cooperativa Sicredi chegou-se à conclusão de que as questões ambientais são pouco enfatizadas, com apenas 6% dos indicadores sugeridos para a categoria. Sendo considerado o GRI do Sicredi de nível essencial, conforme os padrões da *Global Reporting Initiative*, pois possui apenas o mínimo dos indicadores propostos para a execução deste relatório.

A divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou de evidenciação contábil em demonstrativos contábeis, devem ser amplamente contextualizados, para que assim possam ser atendidas as necessidades dos *stakeholders*, que estão preferindo investir em uma organização que lhes proporcione retorno, amparado por diferenciais diante das demais instituições.

No entanto, conclui-se, que mesmo com a percepção do segmento estudado, tais ações vêm sendo pouco utilizadas pelas cooperativas de crédito localizadas no estado do Rio Grande do Sul, onde somente uma desenvolve o balanço social e, especialmente o Sistema Sicredi, que se constitui no mais avançado quanto aos quesitos sugeridos pelo GRI. Ainda há espaço para que estudos avancem nessa temática, para fortalecer e demonstrar às organizações a importância e o diferencial que a divulgação destes relatórios proporciona.

REFERÊNCIAS

ANTONOVOS, Tatiane. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativas de crédito sob a supervisão do BACEN em funcionamento do país**. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp?idpai=INFCAD>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BARBIERI, José C.; CAJAZEIRA, Jorge E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CARVALHO. G. M. B. de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 2. ed. Curitiba, Juruá, 2012.

CASARIN, Helen C. S.; CASARIN, Samuel J. **Pesquisa científica da teoria à prática: da teoria à prática**. Curitiba: Intersabere, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1.003/04 – NBC T 15. Informações de natureza social e ambiental. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2018.

DIEHL, Astor A.; TATIM, Denise C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERREIRA, Aracéli C. de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- FREITAS, Débora P. da S; OLEIRO, Walter N. Contabilidade ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM & FBOVESPA. **Revista de administração, contabilidade e sustentabilidade**, Campina Grande, v. 1, n. 2, p. 65-81, set./dez. 2011.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOMES, Eendrik L. **Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA: motivação para buscar a adesão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- GOMES, Sonia M. da S. (Org.); SAMPAIO, Márcio S. Gestão ambiental estratégica: evidenciação de informações social e ambiental. In: GOMES, Sonia M. da S. (Org.) et al. **Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 51-78.
- GOMES, Sonia M. da S. (Org.); TORRES, Rita de C. S. R. Gestão da performance ambiental e social: modelos de indicadores ambiental e social. In: GOMES, Sonia M. da S. (Org.) et al. **Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 103-118.
- GRI – Global Reporting Initiative. **Sustainability Reporting Guidelines – 2006**. Disponível em: < <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- GRI – Global Reporting Initiative. **Manual de implementação**. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/global-reporting-initiative-g4-manual-de-implementacao>>. Acesso em: 13 mai. 2018.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- LINS, Luiz dos Santos. **Introdução a gestão ambiental empresarial: abordando economia, direito, contabilidade e auditoria**. São Paulo: Atlas, 2015.
- MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Joanesburgo sobre o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Mini guia das conferências do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/docs/meioambiente/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- PHILIPPI JR., Arlindo; SAMPAIO, Carlos A. C.; FERNANDES, Valdir. **Gestão empresarial e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2017.
- RIBEIRO, Maísa de S. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANCHES, C. S. Evolução das práticas ambientais em empresas industriais: um modelo genérico. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 5, 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo/ Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.43-62.

TINOCO, João E. P.; KRAEMER, Maria E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, Cassio L. **Contabilidade e responsabilidade social**: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.

WEILER, Daiana de A.; TOLEDO, Sandra. Contabilidade e gestão ambiental: as perspectivas teóricas e práticas encontradas nas Cooperativas Agrícolas da microrregião Norte do Rio Grande do Sul. In: **CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL**, 14, 2013, Bento Gonçalves, **Artigo**. Passo Fundo: UPF/FEAC, 2012.